

17 - EDUCAÇÃO FÍSICA E O CORPO TRAVESTI – UMA PROPOSTA DE ESTUDO

ROBERTO ANDERSON SANTOS LA RUBIA;

LUCIANA SILVA ABDALAD;

MARIA AUXILIADORA TERRA CUNHA.

Centro Universitário Augusto Motta - UNISUAM/ RJ, Brasil

luabdalad@souunisuam.com.br

doi:10.16887/91.a1.17

INTRODUÇÃO

Este estudo é a primeira etapa de um projeto de pesquisa que tem como objetivo compreender a inclusão das travestis no sistema escolar, identificar as intervenções e possibilidades práticas de um currículo multicultural e compreender como a educação física pode excluir ou potencializar a corporalidade travesti. Devido ao cenário mundial de isolamento social por causa da pandemia do Covid-19, a etapa de coleta de dados presencial do estudo precisou ser adiada. No entanto foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema para elucidarmos algumas questões contemporâneas. Utilizamos como fontes bibliográficas artigos científicos publicados entre 2016 e 2020. Esse levantamento bibliográfico preliminar pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade com a literatura bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa (GIL, 2002).

Partimos da hipótese de que ainda existem poucas propostas de intervenção pedagógica ancoradas no conceito de currículo multiculturalista, embora o cenário contemporâneo aponte para um incremento e ampliação das discussões acerca do tema. A segunda hipótese é que as aulas de Educação Física escolar parecem não ter avançado consideravelmente como o espaço de inclusão para o corpo travesti.

A corporalidade travesti é atravessada por uma batalha de desconstrução do ser contra designios heteronormativos patriarcais, tangíveis no ambiente educacional, pelos padrões de conduta institucionalizados. Para Sales e colaboradores (2017) as travestis na idade escolar estão em meio a um processo de produção de outro gênero, onde a relação do feminino e masculino conflui para o desenvolvimento da travestilidade, que transige com a escola - *locus* de diversas manifestações socio culturais. Sendo assim, acreditamos que se torna cada vez mais urgente a prática das aulas de educação física escolar promoverem a inclusão as estudantes travestis, legitimar o corpo em suas individualidades e contribuir na diminuição dos preconceitos ou evasões escolares que ocorram no processo de ensino-aprendizagem.

Partindo dessas ideias, algumas indagações foram elaboradas: a) Na percepção de travestis que frequentaram a escola durante a educação básica como as aulas de educação física contribuíram para sua formação corporal?; b) Será que os professores de Educação Física possuem uma formação que prepara para uma intervenção pedagógica multiculturalista?; c) Como se constrói a relação pedagógica com alunas travestis nas aulas de Educação Física escolar?

Este estudo justifica-se pela importância de legitimar o espaço da corporalidade travesti na educação física escolar, assim porquanto esta é uma seara deveras incipiente, mais produções acadêmicas são necessárias para diminuição dos preconceitos e violências que circundam a população travesti brasileira.

REVENDO A LITERATURA: o corpo da travesti nas aulas de educação física escolar

Presentemente, as teorias pós-críticas permeiam a educação física para ampliar o acesso de minorias políticas nas aulas, Neira (2011) elucida que este processo advém da democratização dos espaços antes ocupados por grupos situados em condições privilegiadas, como forma de potencializar o repertório educacional de populações culturais preteridas. Por intermédio desta translação multicultural, lança-se mão de alternativas viáveis que abarquem as alunas travestis em respeito e dignidade, no enfoque precípua de garantir o direito pleno à cidadania. Destarte, a educação física escolar é pautada no modelo tradicionalista, objetivando padrões físicos e homogeneidade. (OLIVEIRA; DAOLIO, 2010). Consequentemente, a travestilidade palpante no organismo escolar, sequer é mencionada, ao passo que subjugada quando manifestada. Isto posto, é necessário problematizar as estruturas curriculares, pois elas não estão compatíveis com a realidade e o universo educativo não se preparou para subverter a maré alta da qual foi originado no velejar biologicista impávido: cuidávamos estar perto do porto, mas somos lançados em mar alto. (DELEUZE, 1996).

Segundo Peres (2002) a formação da sociedade contemporânea, movida pelos modelos assépticos dos modos de ser no mundo, sempre marcados pelas referências cristãs, patriarcais e heteros-sexistas, estimula as pessoas a serem verdadeiros policiais das diferenças, discriminando, violentando e excluindo os que fazem escolhas diferentes e singulares. Tais mazelas refletem cristalinamente, simulacros educacionais do preconceito e aglutinamento de qualquer vocalização que ousar tons divergentes. Portanto, Jesus (2012) observa que a nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo tendo qualificação, e acabam, em sua maioria, excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo. Ainda de acordo com a autora, é fundamental reforçar que nem toda travesti é profissional do sexo, contudo a violência parece ser um denominador comum, pois em janeiro deste ano, mês da visibilidade trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais lançou o dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras. Nesta edição, referente ao ano de 2019, o Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. De modo que a expectativa de vida de uma travesti em território nacional é de 35 anos – menos da metade do restante populacional que chega aos 75,5 anos, segundo o IBGE. (ANTRA, 2020).

Consubstancialmente, há podagem dos corpos não normativos em espaços educacionais, como luzes constantes apagadas pelo breu do patriarcado. As aulas de educação física escolar são marcadas por tais construções hegemônicas de gêneros. Garcia e Brito (2016) relatam, em quatro episódios, o preconceito enraizado nas aulas de educação física em uma escola municipal carioca, onde um aluno do ensino fundamental é alvo de exclusão constante, devido sua performance de gênero desviante da norma, e a falta de preparo, orientação e cuidado do professor que, ignora este vetor de preconceito na turma. Conforme os autores, a cristalização desses preconceitos pode resultar, por fim, na evasão das aulas de educação física e até da escola, irrompendo uma das vias de exclusão social preponderante ao acesso para criminalidade Bento (2011) descreve o sofrimento de uma criança que acorda, põe o uniforme da escola e, enquanto se prepara, pensa: “mais um dia em que terei que suportar aquele menino me chamando de veadinho; mais um dia em que terei que ficar o recreio inteiro sozinho porque ninguém gosta de brincar e ficar comigo.” À vista disso, tornou-se naturalizado termos no espaço escolar a formação, já na infância, de masculinidades fortes, pois dos meninos esperam-se práticas de atividades violentas, que incidem na formação de jovens em uma trajetória linear e exponencial até a identidade absoluta de macho/homem Reis e Paraíso (2014). Desta forma, é mister evidenciar a perpetuação de papéis sociais estereotipados e segrega dores pela escola, de acordo com Junckes e Silva (2009) o espaço escolar aparece na vida das travestis como um local de treino para a vida em sociedade. Ao contrário do que a sociedade idealiza, a escola reproduz e reforça os padrões de exclusão que estão postos e naturalizados. Ela reforça as diferenças de renda, cor e gênero e educa para reprodução dos padrões hegemônicos.

É possível constatar que uma base sólida na formação docente, acerca da diversidade de gêneros, inclusive nas aulas de educação física escolar, poderá melhorar a compressão e o cuidado dos profissionais para com alunas travestis. Segundo Garcia e Brito (2018) convém ressaltar um consenso na existência de lacunas na formação de professores de Educação Física, dentre elas a ausência de discussões sobre gênero e sexualidades, o que contribui para uma formação menos crítica sobre esses preconceitos, naturalizando discursos biologicistas, sexistas e heteronormativos. Neira (2019) orienta que o enfrentamento do cotidiano escolar exige não somente a mobilização de conceitos extraídos dos campos teóricos de referência, como também a sua resignificação. Tal qual Foucault (1984) uma estilística resistente apresenta diferenças moveis nas relações de poder, e provocam os grupos institucionalizados, como a escola, a pensar no sentido de contrariar as normas etapistas de formação humana, cunhadas por currículos instituídos e reproduzidos por práticas docentes com parâmetros tradicionalistas. que a escola alicerça a cidadania e o educador físico é fio condutor da teoria, executada pela subjetividade do corpo discente, tornando-se capaz de influir para um futuro breve mais igualitário e justo, em que as alunas travestis são compreendidas, seus direitos fundamentais garantidos e o espaço para a diversidade é construído democraticamente.

O estudo será realizado pelo método de pesquisa analítica de revisão bibliográfica, composto de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, utilizando as palavras chaves: Corporalidade Travesti e Educação Física Escolar através das bases de dados Scielo, Periódico Capes e Google Acadêmico. Para Fontelles e colaboradores (2009) a pesquisa analítica é quantitativa e envolve uma avaliação mais aprofundada das informações coletadas em determinados estudos, na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno no âmbito de um grupo, grupos ou população. É através da revisão ampla da literatura que o pesquisador passará a conhecer a respeito de quem escreveu, o que já foi publicado, quais aspectos foram abordados e as dúvidas sobre o tema ou sobre a questão da pesquisa proposta. Ainda de acordo

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vale ressaltar que estes trabalhos estão organizados, metodologicamente, e suas principais postulações tangenciam-se no objetivo do presente estudo. Todavia, apenas uma pesquisa aborda, de maneira direta, a Corporalidade Travesti na Educação Física Escolar. Logo, as percepções das alunas e profissionais atuantes na Educação Física, junto às propostas de melhoria desta prática pedagógica com foco na inclusão, são escolhidas como eixos fundamentais.

Quadro1: Relação dos artigos selecionados

ANO	AUTOR	TÍTULO	PROPOSTAS	PERCEPÇÕES	PERIÓDICO
2020	NEIRA, Marcos Garcia.	A abordagem das diferenças no currículo cultural da educação física.	Compreender como as diferenças são abordadas no currículo cultural da educação física.	Representações preconceituosas manifestadas pelos estudantes e as segregações que aconteceram durante as aulas são combatidas por meio da problematização e desconstrução dos discursos sobre as práticas corporais e seus representantes.	Revista Humanidades e Inovação, v.7, n.10, 2020.
2020	NASCIMENTO, Diego Ebling do; AFONSO, Mariângela da Rosa.	Gênero, dança, educação física e formação, ou na contramão do destino: uma história a ser evidenciada.	Narrar a história de vida de uma pessoa que foge à norma heterossexual, binária e branca. Uma pessoa que nadou contra a maré, que fugiu do destino, que tinha todos os indícios para não ter muitas possibilidades de escolha e conquista na vida, mas que subverteu as amarras sociais e se tornou um grande profissional.	Encontramos um professor, um artista, que conseguiu vencer as barreiras sociais existentes para pessoas com sua identidade. Tanto nos relatos de 2012, como nos relatos de 2020, Eugênio negou ter sofrido qualquer tipo de preconceito, seja na escola, na universidade ou na sua vida profissional.	Revista Humanidades e Inovação v.7, n.7, 2020.
2019	RIBEIRO, Rômulo Cambrala.	"Tá pensando que travesti é bagunça?!" Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá, AP.	Investigar o modo como travestis e transexuais resistiam e construíam suas formas de enfrentamento as diversas faces dos preconceitos, em suas experiências escolares, na realidade da educação de nível básico em Macapá.	A escola ainda é um lugar hostil e que representa perigo as vidas de travestis e transexuais, devido a lógica hegemônica do binarismo de gênero e da hetero normatividade, embora elas sejam cientes de que suas permanências na educação de nível básico é fator indispensável na qualificação que as prepara para a vida.	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, Políticas e Culturas. Linha de pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades.
2019	FERREIRA, Ana Beatriz Medeiros.	Educação inclusiva: meu gênero não me define.	Dar visibilidade ao processo dos estudantes que são LGBTQT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que são atores sociais normalmente preteridos. Procurando subsídios para uma reflexão, sobre o percurso desses estudantes no âmbito educacional e seu impacto social em meio das reviravoltas que se encontram as transformações que têm se aplicado às políticas públicas.	Temos a imagem de que o público LGBT acaba como prosorito no meio escolar apesar de todas as leis serem contrárias ao fato, a lei do Poder que circula a sociedade faz com que os sujeitos tenham que docilizar seus corpos em detrimento de sua vontade.	Anais... IV Seminário Internacional Desfazendo o Gênero.

2018	OLIVEIRA, A. G.; RODRIGUES, L.	Por uma educação Transgressora e TRANS feminista: possíveis enfrentamentos à produção das ausências através da disciplinarização e subjetivação.	Problematizar, segundo uma perspectiva feminista crítica, o lugar das pessoas Trans no contexto educativo.	Destacamos aqui as ausências sobre os corpos que escapam de uma normatividade endossada, promovida e elogiada por uma sociedade adicta a um padrão estético-político associado a um tipo de consumo que reitera práticas heteronormativas interseccionadas a outras expressões da manutenção de poder e dominação que se consolidam através das transfobias.	APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic. da Educação. Vitória da Conquista, ano XII, n. 20, p. 83-102, jul./dez.2018.
2018	BARROSO, Lucas Bernardo; CARDOSO, Wladirson Ronny da Silva; MESQUITA, Marcelo Ribeiro de.	Educação física escolar: o impacto na vida das pessoas transexuais do Belém do Pará.	Descrever as contribuições positivas, negativas ou indiferentes da educação e da educação física, na vida social de pessoas transexuais.	A educação básica e a educação física ainda se caracterizam como experiências agregadoras para estas pessoas.	Revista Inter-Ação, Goiânia.
2017	GOMES FILHO, Antoniel dos Santos.	Experiências educacionais e sociais de travestis no Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé.	Investigar, a partir das histórias de vida das travestis participantes da pesquisa, como aconteceram as experiências educacionais e sociais nos municípios de Juazeiro do Norte e Canindé no Estado do Ceará	Pode-se considerar que, em relação à categoria corpo, as travestis participantes apresentaram uma convergência em relação aos processos de modificação corporal, principalmente no que tange à utilização de fármacos (hormônios) para construção de um corpo feminino. Em relação à categoria educação, as participantes apresentaram experiências semelhantes, em relação ao fato de que o ensino fundamental e médio foi marcado por corporeidades masculinas, o que, segundo as participantes, foi fundamental para conclusão desses níveis escolares.	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: História e Educação Comparada.
2017	PRADO, Vagner Matias do.	Entre corpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da educação física.	Problematizar o processo de padronização de condutas, negação da homossexualidade e construção da homofobia por intermédio de algumas práticas escolares da disciplina de educação física.	Os esportes são mobilizados para a construção e a manutenção de uma representação de masculinidade que subjugava e hierarquiza outras expressões da existência.	Práxis Educativa, Ponta Grossa. v. 12, n. 2, p. 501-519, maio/ago. 2017
2016	FRANCO, Neil.	A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros.	Identificar e problematizar indícios de desestabilização que a presença de professoras Trans provocaria nas escolas nas quais atuavam.	Não diferente da escola como um todo, a Educação Física é também um espaço que exalta a incoerência entre a realidade do cotidiano educacional e as normativas que determinam a escola como gestora da inclusão.	Motrivivência, v. 28, nº 47, maio/2016

Em virtude dos resultados encontrados, constata-se que a despeito dos estudos de gênero pavimentadas pelas produções científicas pós-estruturalistas, a temática da corporalidade travesti ainda é pouco investigada, sobretudo na Educação Física Escolar. Para Franco (2016) a Educação Física é também um espaço que exalta a incoerência entre a realidade do cotidiano educacional e as normativas que determinam a escola como gestora da inclusão. Neste sentido, os relatos de experiências escolares das travestis encontrados na pesquisa supracitada reforçam o caminho de exclusão da cultura corporal do movimento percorrido por essas pessoas:

“Teve um dia em que estava em uma aula de Educação Física e um menino me bateu: Vocês tem que apanhar para virar homem. O que é isso? Vocês tem que virar homem! Então, eu apanhei. Mas no Ensino Médio, isso acaba tomando uma amplitude maior, porque a gente assume uma condição de travesti, e aí a coisa é mais séria, porque vocês é mais vistaa”. (Adriana Lohanna, Aquidabã - SE, novembro, 2010).

Contudo, a pesquisa de Neil Franco aborda poucos elementos acerca das experiências da população travesti na Educação Física Escolar, pois, segundo o autor, as pessoas entrevistadas tiveram o seu processo de transformação tardiamente - durante ou pós-ensino médio. Vale ressaltar que o objetivo do trabalho analisado foi a investigação de narrativas de um grupo travesti que atua na docência, a partir de suas percepções e análises do folder “A travesti e o/a] educador/a]” - sobre a inserção desses sujeitos na aula de Educação Física, correlacionado a fontes bibliográficas, entrevistas realizadas e questionários aplicados a professoras travestis, transexuais e transgêneros brasileiras.

Isto posto, quicá a Educação Física corrobora para exclusão dos corpos travestis, bem como a área não possui uma demanda acadêmica constituída por reflexões em profusão sobre o tema proposto, tampouco as travestis privadas de liberdade e suas experiências na educação básica, sobretudo, na Educação Física Escolar são foco de estudo, doravante, sequer foram mencionadas em qualquer nível de pesquisa científica deste campo. Para Neira (2020) é comum considerar a diferença um produto derivado da identidade, sendo a identidade a referência, entendida como o ponto original a partir do qual se define a diferença. Diante disso, tendemos a tomar nossa identidade como a norma, parâmetro para descrever ou avaliar o que não somos. Em suma, a cultura corporal do movimento ainda é refletida através da normatividade, e padronizada pelos educadores, assim como a corporalidade: a identidade é unilateral.

Tal qual G. Filho (2017) grande parte de nossas vidas é atravessada pela escola, seja porque passamos anos e anos de nossas vidas nesta instituição social, ou porque nossas vidas são marcadas por idas e vindas diárias a escola. Portanto, vender os olhares para a presença das alunas travestis nas aulas é implodir caminhos que devem ser percorridos na construção da cidadania, mas o véu do estranhamento ainda parece embaçar a Educação Física. Dessa forma, Barroso (2018) evidencia que o preconceito dentro da Educação Física pode ocorrer de maneira aberta, mas também velada, por exemplo, na utilização dos esportes específicos como demarcadores de gêneros. Logo, caberá aos docentes a responsabilidade de configurar o chão da escola como lócus de transformação social ou ancorar-se nos modelos pedagógicos hegemônicos.

Prado (2017) orienta que instituição escolar pode ser um espaço de (re)produção de preconceitos sociais, sexuais, raciais e de gênero, tornando-se um ambiente para construção de discriminações e violências. É neste campo de aglutinações onde a Educação Física insere-se como ferramenta de potência, mas também exclusão da corporalidade travesti. Ribeiro (2019) traz à baila uma importante visão além do alcance, ele elucida os processos de descolonização. Segundo o autor (p. 59) o corpo da mulher, do/da homossexual, do/da transexual, do/da travesti, entre outras diversidades sexuais e de gênero os quais, em um processo de colonização e dominação, foram subjugados e subalternizados, passam a ocupar o lugar central dos sujeitos que detêm o conhecimento, produzem saber e reconstruem a história das nações colonizadas. Sob esse aspecto, pressupõe-se que um dos projetos do pensamento decolonial é descolonizar mentalidades, retomando ou recompondo a sociedade a partir de outra matriz de pensamento que não seja marcada pela modernidade colonial burguesa eurocêntrica e capitalista. Não se trata de uma nova hegemonia, mas de uma proposta contra-hegemônica que se lança como alternativa de construção de conhecimento que permite o reconhecimento e a valorização dos povos inferiorizados, marginalizados, expropriados de suas raízes culturais, ancestralidades e do direito de conhecimento de pertencimento de si mesmos e de seus próprios corpos.

Destarte, Nascimento (2020) propôs a narrativa da história de uma pessoa que não tinha performance de gênero e sexualidade padronizada e conseguiu transpor as barreiras impostas pela sociedade conversadora na qual estamos inseridos, através da cultura corporal do movimento: "Para Eugênio, as disciplinas de dança e o grupo experimental de dança da faculdade fizeram com que ele se sentisse contemplado nas aulas, pois eram por meio destas atividades que conseguia ajudar os colegas e se sentia valorizado. Ademais, despertou o interesse de vários colegas em estudar dança". Ele relata, ainda, que foi um dos fundadores e professores do projeto de extensão "Grupo Experimental de Dança" da faculdade em que estudou. Entretanto, é imprescindível salientar que tal relato não pode ser considerado uma verdade absoluta, muito menos realidade comum das pessoas de gênero não binário, sobretudo as travestis.

Ademais, Jesus (2012) afirma que nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo tendo qualificação, e acabam, em sua maioria, excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo. Ainda de acordo com a autora, é fundamental reforçar que nem toda travesti é profissional do sexo, contudo a violência parece ser um denominador comum, pois em janeiro deste ano, mês da visibilidade trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais lançou o dossiê dos assassinatos e da violência contra pessoas trans brasileiras. Nesta edição, referente ao ano de 2019, o Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. A expectativa de vida de uma travesti em território nacional é de 35 anos – menos da metade do restante populacional que chega aos 75,5 anos, segundo o IBGE. (ANTRA, 2020).

Oliveira e Rodrigues (2018) propõem destacar as ausências sobre os corpos que escapam de uma normatividade endossada, promovida e elogiada por uma sociedade adicta a um padrão estético-político associado a um tipo de consumo que reitera práticas heteronormativas interseccionadas a outras expressões da manutenção de poder e dominação que se consolidam através das transfobias. Tal percepção nos remete ao papel da Educação Física Escolar ser inclusiva e não mais agir como mantenedora do status quo na escola, e por conseguinte, nas relações sociais ao longo da vida. Ferreira (2019) descreve que alguns fatores são implícitos em diversas situações, e nos faz repensar em nossas prisões ocultas, que nos oprimem e nos reprimem diante de uma sociedade cruel e preconceituosa, essa dita regras e se não cumpridas nos leva a uma marginalidade, o diferente causa estranheza em todos os sentidos. Por fim, os trabalhos elencados aqui nos elevam ao desenvolvimento dos estudos de gêneros para além da heteronormatividade em idades escolares, contudo, urge o momento da Educação Física ser mais presente em tais searas, especificamente, no que tange a corporalidade travesti, pois ela tem sido totalmente relegada do foco e estudo desta área, portanto, sequer são pensadas maneiras de inclusão à corporalidade travesti que, para área, indica-se não existir em suas práticas pedagógicas.

Considerações Finais

Como uma consideração preliminar deste projeto de pesquisa percebemos que ainda existem poucas propostas de intervenção pedagógica que trate do corpo travesti nas aulas de Educação Física escolar e que essas aulas parecem não ter avançado consideravelmente como o espaço de inclusão para o corpo travesti. Até o momento a literatura indica que tais problematizações são escassas na área da Educação Física Escolar e o campo ainda não está preparado para incluir a corporalidade travesti em suas práticas pedagógicas, tampouco existem propostas definidas ou postulações encaminhadas que abarquem essas pessoas em suas diferenças e potencialidades.

Em virtude dos fatos elencados anteriormente parece não existir propostas definidas ou postulações encaminhadas que abarquem essas pessoas em suas diferenças e potencialidades. Portanto, o presente trabalho torna-se importante no fomento da diversidade nas escolas, bem como contribui à reflexão sobre a inclusão das alunas travestis nos espaços educacionais da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Lucas B; CARDOSO, Wladirson R. da S.; MESQUITA, Marcelo Ribeiro de. Educação física escolar: o impacto na vida das pessoas transexuais do Belém do Pará. *Inter-Ação*, Goiânia, v.42, n.2, p.583-599, maio/agosto, 2018.
- BENTO, Berenice. É na escola que se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19(2) 336, maio-agosto, 2011.
- DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*: cinco textos e uma entrevista de Gilles Deleuze. Lisboa: Estudo Vega / Passagens, 1996.
- DOSSIÊ SOBRE ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS EM 2019. *Antra Brasil*, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/01/29/lancado-dossie-sobre-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019/>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.
- FERREIRA, Ana Beatriz M. *Educação inclusiva*: meu gênero não me define. IV Seminário Internacional Desfazendo o Gênero. 2019.
- FONTELLES, Mauro J.; SIMÕES, Marilda G.; FARIAS, Samantha H. *et al. Metodologia da pesquisa científica*: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. Trabalho realizado no Núcleo de Bioestatística Aplicado à pesquisa da Universidade da Amazônia – UNAMA, 2009.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- FRANCO, Neil. A educação física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros. *Motrivivência*, v. 28, n. 47, p. 47-66, maio, 2016.
- G. FILHO, Antoniel D. S. *Experiências educacionais e sociais de travestis*. O Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira. Área de Concentração: História e Educação Comparada, 2017.
- GARCIA, Rafael M.; BRITO, Leandro T. de. Performatizações na educação física escolar. *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, n. 4, p. 1321-1334, out./dez. 2018.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- JESUS, Jaqueline G. de. *Orientações sobre identidade de gênero*: conceitos e termos. Brasília, 2012.
- JUNCKES, Ivan J.; SILVA, Joseli M. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio as políticas educacionais no Brasil. *Revista de Didáticas Específicas*, Madrid, n. 1, p. 148-166, dez. 2009.
- MITRE, Jaqueline L. da S. *Mulheres transexuais e a indiferença de gênero no sistema carcerário*. UOL, 2020. Disponível em: <https://migalhas.uol.com.br/depeso/318114/mulheres-transexuais-e-a-indiferenca-de-genero-no-sistema-carcerario>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.
- NASCIMENTO, Diego Ebling do; AFONSO, Mariângela da Rosa V. Gênero, dança, educação física e formação, ou na contramão do destino: uma história a ser evidenciada. *Revista Humanidades e Inovação* v.7, n.7, 2020.
- NEIL, Franco. *Motrivivência* v. 28, n. 47, p. 47-66, maio, 2016.

NEIRA, M. G. **Educação física**. São Paulo: Blucher, 2011, v.8.

NEIRA, M. G. **Educação física cultural**: inspiração e prática pedagógica. 2ª ed. Jundiaí: Paco, 2019.

NEIRA, M.G. A abordagem das diferenças no currículo cultural da educação física. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.10, 2020.

OLIVEIRA, Rogério C. de; DAOLIO, Jocimar. Educação física, cultura e escola: da diferença como desigualdade à alteridade como possibilidade. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 01, p. 149-167, janeiro/março de 2010.

OLIVEIRA, A. G; RODRIGUES, Liliansa. Educação Inclusiva: meu gênero não me define. **APRENDER – Cad. de Filosofia e Psic.** da Educação Vitória da Conquista, ano XII, n. 20, p. 83-102 jul./dez.2018.

PERES, W. S. Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Rio de Janeiro: **PPG/Saúde Coletiva/UERJ**, 2002.

PRADO, Vagner Matias do. Entre corpos e discursos: normalização de condutas, homossexualidades e homofobia nas práticas escolares da educação física. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 501-519, maio/ago. 2017.

REIS, Cristina d'Ávila; PARAISO, Marlucy A. Normas de gênero em um currículo escolar: a produção dicotômica de corpos e posições de sujeito meninos-alunos. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 1, p. 237-256, jan./abr. 2014.

RIBEIRO, Romulo Cambraia. **"Tá pensando que travesti é bagunça?!"** Decolonialidade e resistência nas experiências escolares de travestis e transexuais de Macapá AP. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, Políticas e Culturas. Linha de pesquisa: Educação, Culturas e Diversidades. 2019.

SALES, Adriana; SOUZA, Leonardo de; PERES, William S. Travestis brasileiras e escola: problematizações sobre processos temporais em gêneros, sexualidades e corporalidades nômades. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 71-80, jan.-abr. 2017

PHYSICAL EDUCATION AND THE CROSS BODY: A PROPOSAL

ABSTRACT: This study is part of a research proposal on body and physical education in order to understand the inclusion of transvestites in the school system. We start from the hypothesis that there are still few proposals for pedagogical intervention anchored in the concept of multiculturalist curriculum. This first stage of the research deals with a bibliographic survey on the subject. So far, the literature indicates that such problematizations are scarce in the area of School Physical Education. **Keywords:** Transvestite Body, School Physical Education, Multiculturalism.

EDUCACIÓN FÍSICA Y CUERPO TRAVESTI: UNA PROPUESTA DE ESTUDIO

RESUMEN: Este estudio es parte de una propuesta de investigación sobre Educación Física y Corporal con el objetivo de comprender la inclusión de los travestis en el sistema escolar, identificar las intervenciones y posibilidades prácticas de un currículo multicultural y comprender cómo la educación física puede excluir o potenciar la corporeidad travestida. Partimos de la hipótesis de que aún existen pocas propuestas de intervención pedagógica ancladas en el concepto de currículo multicultural, aunque el escenario contemporáneo apunta a un aumento y expansión de discusiones sobre el tema. La segunda hipótesis es que las clases de Educación Física escolar no parecen haber avanzado considerablemente como espacio de inclusión del cuerpo travesti. Esta primera etapa de la investigación trata de un relevamiento bibliográfico sobre el tema. El estudio se realizará mediante el método de investigación analítica de revisión bibliográfica, compuesto por lectura exploratoria, selectiva e interpretativa, utilizando las palabras clave: Corporalidad Travesti y Educación Física Escolar a través de las bases de datos Scielo, Periódico Capes y Google Académico. Se utilizaron artículos científicos entre 2016 y 2020 como fuentes bibliográficas para identificar aspectos contemporáneos. Hasta el momento, la literatura indica que tales problematizaciones publicadas son escasas en el ámbito de la Educación Física Escolar, lo satisfacen y el campo aún no está preparado para incluir la corporeidad travesti en sus prácticas pedagógicas, ni existen propuestas o postulaciones definidas que incluyan a estas personas en sus diferencias y potencialidades.

Palabras-clave: Cuerpo Travesti, Educación Física Escolar, Multiculturalismo.

EDUCAÇÃO FÍSICA E O CORPO TRAVESTI – UMA PROPOSTA DE ESTUDO

RESUMO: Este estudo faz parte de uma proposta de pesquisa sobre corpo e Educação Física com objetivo de compreender a inclusão das travestis no sistema escolar, identificar as intervenções e possibilidades práticas de um currículo multicultural e compreender como a educação física pode excluir ou potencializar a corporeidade travesti. Partimos da hipótese que ainda existem poucas propostas de intervenção pedagógica ancoradas no conceito de currículo multiculturalista, embora o cenário contemporâneo aponte para um incremento e ampliação das discussões acerca do tema. A segunda hipótese é que as aulas de Educação Física escolar parecem não ter avançado consideravelmente como o espaço de inclusão para o corpo travesti. Esta primeira etapa da pesquisa trata de um levantamento bibliográfico acerca do tema. O estudo será realizado pelo método de pesquisa analítica de revisão bibliográfica, composto de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, utilizando as palavras chaves: Corporalidade Travesti e Educação Física Escolar através das bases de dados Scielo, Periódico Capes e Google Académico. Foram utilizadas como fontes bibliográficas artigos científicos entre 2016 e 2020 visando identificar aspectos contemporâneos. Até o momento a literatura indica que tais publicados problematizações são escassas na área da Educação Física Escolar Scie-lo e o campo ainda não está preparado para incluir a corporeidade travesti em suas práticas pedagógicas, tampouco existem propostas definidas ou postulações encaminhadas que abarquem essas pessoas em suas diferenças e potencialidades.

Palavras-chave: Corpo Travesti, Educação Física Escolar, Multiculturalismo.